

1 Aos vinte e sete dias do mês de julho de 2020, às 9h, reuniram-se ordinariamente os
2 conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do
3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de
4 videoconferência, utilizando-se da plataforma *Google Meet*. **Participaram os**
5 **seguintes conselheiros:** Leopoldo Ferreira Curi – Agência de Desenvolvimento da
6 RMBH; Túlio Bahia – IGAM; Eric Alves Machado – Prefeitura de Contagem; Leandro
7 Vaz Pereira - Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas CORESAB; Heloísa
8 Cristina França Cavallieri – SAAE Itabirito; Rone Frank Silva – FIEMG; Marco Aurélio
9 Andrade Correa Machado – Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Ronald de
10 Carvalho Guerra - Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São
11 Bartolomeu - ADAF. **Conselheiros ausentes:** Humberto Fernando Martins Marques –
12 Prefeitura de Belo Horizonte; Alvânio Ricardo Neiva Júnior – Prefeitura de Funilândia;
13 Izabela Márcia Coelho de Abreu – ARSAE MG; José Mário Lobo Ferreira – EPAMIG;
14 Livia Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A; Valmir Valter Barral Júnior – Associação
15 de Desenvolvimento de Artes e Ofícios ADAO. **Participaram os seguintes**
16 **convidados:** Luiza Baggio – Assessoria de Comunicação do CBH Rio das Velhas;
17 Ohany Vasconcelos, Paula Procópio; Thiago Campos – Agência Peixe Vivo; Dimas
18 Correa – Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas. O coordenador Ronald
19 Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Ato contínuo, coloca em
20 pauta a **aprovação da ata da reunião do dia 06 de julho**, que é apresentada
21 contendo as alterações propostas por Túlio Bahia – IGAM e Leandro Pereira –
22 CORESAB. A ata é aprovada com uma abstenção. **Informes:** Proposta de programa
23 de monitoramento da bacia do Rio Itabirito. Ronald já havia externado em reunião
24 anterior a proposição deste programa e justifica a não ter retomado tal proposta em
25 pauta em função de haver manifestação do proponente neste sentido. Heloísa França
26 – SAAE Itabirito esclarece que a proposta é um centro de monitoramento do rio no
27 município de Itabirito, havendo custeio das análises em pontos a serem apresentados,
28 e também elencando as informações das análises realizadas pelas empresas da
29 região e criar um mapa de monitoramento. Contudo, o projeto está em fase de
30 elaboração e será apresentado à CTPC em breve. Dimas Correa – Equipe de
31 Mobilização informa que ainda não foi possível trabalhar na construção do seminário
32 de saneamento rural. Tulio pede um prazo para trabalhar na proposta, pois está com
33 muitas demandas junto ao IGAM e outros comitês de bacia, e questiona se o relatório
34 do Grupo de Trabalho será apresentado ao plenário já na próxima reunião ordinária
35 no dia 03 de agosto. Dimas informa que a pauta desta reunião está bastante cheia,
36 com 05 deliberações a serem votadas, e que por este motivo o relatório não será

37 apresentado. **Status referente à contratação e execução dos projetos**
38 **hidroambientais:** Paula Procópio – Agência Peixe Vivo lembra que em 2018 o CBH
39 Rio das Velhas aprovou a contratação de 29 demandas aprovadas pela CTPC, sendo
40 que 22 teriam seus termos de referência (TDR) elaborados por empresas
41 terceirizadas e os demais seriam de responsabilidade da própria Agência. Assim,
42 essas 22 demandas foram agrupadas em 03 lotes, sendo o primeiro de ações
43 estruturais, o segundo de diagnósticos ambientais e o terceiro para ações em
44 unidades de conservação. As ações do lote 01 precisaram ser interrompidas, pois a
45 empresa contratada não realizou um trabalho satisfatório, foi autuada diversas vezes
46 e seu contrato rescindido posteriormente. Marco Aurélio Machado – Sindicato dos
47 Produtores Rurais de Curvelo questiona especificamente o projeto do ribeirão
48 Maquiné, na UTE Santo Antônio/ Maquiné. Thiago Lembra que este é um dos
49 componentes do lote em questão. Por insegurança jurídica, a empresa que havia
50 ficado em segundo lugar durante o processo licitatório não será contratada, e um
51 novo edital para isso deverá ser publicado até meados do mês de agosto. A
52 estimativa era de que este cronograma pudesse ser mais curto. Contudo, a pandemia
53 pelo Coronavírus foi prejudicial. Marco Aurélio solicita registro de sua indignação de
54 que, quando o subcomitê recebeu o comunicado de cancelamento, foi prometida a
55 urgência na contratação de nova empresa. Dando sequência, os lotes 02 e 03 são de
56 responsabilidade de uma mesma empresa, sendo que o segundo tem 05 projetos
57 aprovados, 02 em fase de revisão e 01 projeto paralisado em função da necessidade
58 de visita de campo, o que não é recomendado neste momento. Já o terceiro foi
59 integralmente concluído. Thiago Campos – Agência Peixe Vivo Lembra que os
60 projetos de saneamento nas comunidades de Jacarandá e Buriti Velho, em Corinto,
61 ainda dependem de resposta do IGAM quanto à geração de patrimônio. Entretanto,
62 isso não impede a conclusão dos projetos básicos ou executivos, prevista para
63 setembro de 2020. Paula esclarece que o diagnóstico ambiental da Lagoa da
64 Lapinha, na UTE Carste, depende de acordo com o ICMBio (em andamento) pois
65 envolve instalação de piezômetros, e conseqüentemente licenciamento ambiental,
66 uma vez que a lagoa está inserida na APA Carste de Lagoa Santa. Ronald lembra
67 que houve um diálogo para que o trabalho de capacitação de operador de máquinas,
68 proposto para a UTE Guaicuí pelo subcomitê local, possa ser realizado de forma mais
69 extensiva em toda a bacia, não somente em Várzea da Palma, Thiago diz que
70 informalmente a hipótese foi levantada, mais não recebeu nenhuma diretriz oficial do
71 CBH Rio das Velhas. Ronald então se propõe a, juntamente com Dimas, reforçar essa
72 questão junto à diretoria. Aproveitando a oportunidade, pergunta a situação do

73 repasse dos recursos da Cobrança. Ohany – Agência Peixe Vivo informa que após
74 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nenhum outro pagamento foi feito. Thiago
75 esclarece que o saldo é de 33 milhões de reais em conta, já reservados para projetos
76 a serem contratados também. Diz que o recurso contingenciado é da ordem de 12
77 milhões e meio, e caso a situação não se regularize, a agência terá problemas com os
78 7,5% reservados para custeio. Uma das ações para dirimir tal questão foi propor ao
79 comitê a utilização extraordinária de recursos dos 92,5 para suprir custeio até janeiro
80 de 2021, que será votada em plenário no dia 03 de agosto. Quando receber o
81 repasse, um ajuste de contas será feito. Além disso, uma proposição de nova
82 judicialização foi proposta à diretoria do comitê. Rone Silva – FIEMG solicita que a
83 apresentação com essas informações seja enviada aos conselheiros. Antes de iniciar
84 o próximo item da pauta, Ronald faz um questionamento que inicialmente não havia
85 sido proposto. Existe um estudo na bacia do Rio Paraúna para implantação de três
86 pequenas centrais hidrelétricas. A empresa que seria responsável por tal
87 empreendimento é a mesma que já atua no Rio Pardo, onde houve problemas de
88 rupturas de estrutura, e também é responsável pela hidrelétrica de Formoso, na bacia
89 do Rio São Francisco, acima de Pirapora, onde o CBH São Francisco já faz um
90 movimento antigo de mobilização social, em função de irregularidades também nessa
91 região. Thiago diz ter conhecimento somente sobre as ações no Rio Formoso, onde
92 informações foram pleiteadas junto ao IBAMA, mas tendo respostas muito superficiais
93 baseadas em estudos antigos. Ronald diz ter ficado surpreso com a ausência de
94 manifestações por parte da comunidade na bacia do Rio Pardo. **Apresentação do**
95 **trabalho de indicadores para avaliação de projetos:** Thiago Campos diz que este
96 trabalho foi orientado a partir de auditoria realizada em 2018, ao qual a Agência Peixe
97 Vivo foi questionada quanto à avaliação dos projetos após sua conclusão. Entende
98 que não trás nenhum tipo de ônus ao quadro funcional da agência, pois são
99 indicadores de simples avaliação, fácil obtenção e de baixo custo, o que permite que
100 os próprios subcomitês possam acompanhar. Assim, a ideia é que estes possam ser
101 orientados e, de tempos em tempos, repassar essas informações ao CBH Velhas, por
102 um período de cerca de 3 anos. Na prática, a identificação e definição de tais
103 indicadores foi atividade constante no contrato da CONSOMINAS, que elaborou os
104 termos de referência dos projetos constantes nos lotes 02 e 03. Paula reforça que os
105 indicadores são simples, e têm como critério também a o fato de que projetos
106 semelhantes têm indicadores semelhantes. A título de ilustração, cita como exemplo o
107 projeto que envolve ações estruturais e estruturantes na UTE Gandarela, que envolve
108 também mobilização social em pontos turísticos no Parque Nacional da Serra do

109 Gandarela. Foi definido um indicador de mobilização, ao qual se avalia a opinião
110 pública, juntamente com a definição de um índice de satisfação, e avaliação do
111 estado de conservação das instalações a partir de verificação local. Rone considera
112 interessante tal proposição, uma vez que trás eficiência para execução dos projetos, e
113 pergunta qual a periodicidade de apresentação ao IGAM. Thiago lembra que a
114 prestação de contas é anual, e que a intenção é de fazer essa avaliação para novos
115 projetos e entregar, compilando informações a partir do segundo semestre fala de
116 2019. Ronald pergunta o status da proposta de contratação de consultor para
117 diagnóstico dos projetos já executados, também com o intuito de definição de
118 indicadores de gestão, que seriam utilizados inclusive, para subsidiar um próximo
119 chamamento de projetos de demanda espontânea. Thiago responde informando que
120 sim tal contratação, e no mês de julho o último relatório foi entregue, sendo possível
121 ter avaliação do grau de eficiência dos investimentos anteriores. Este documento foi
122 enviado à diretoria do comitê, mas não teve retorno e por isso ainda não foi divulgado.
123 Lembra que essa contratação ocorreu mais no sentido de avaliar a eficácia de entes
124 de gestão convergentes com metas do PDRH Rio das Velhas. Ronald reforça a fala
125 de Thiago, reafirmando a necessária relação entre PPA, os novos processos de
126 contratação, e o alinhamento da efetividade dos projetos ao PDRH. A respeito dos
127 novos projetos, lembra que a instalação de lixeiras e outras estruturas deste porte
128 remetem a um sistema público de coleta de lixo, e isso não acontece. Thiago
129 considera que se não houver gestão eficiente e aporte e apoio do poder público, o
130 resulta dos projetos pode ter problemas. Lembra que de fato não existe rotina de
131 coleta nem em unidades federais nem estaduais, e quando tem, é sem o
132 envolvimento da comunidade, sem sua participação. Eric pergunta qual o roto que
133 está sendo adotado, e também reforça o ponto de que os indicadores são essenciais.
134 Leopoldo pergunta se já existem ações definidas no projeto da UTE Águas do
135 Gandarela, e onde encontrar informações sobre os pontos turísticos na região.
136 Justifica essa pergunta uma vez que está trabalhando na revisão de planos diretores
137 municipais, sendo um deles o do município de Raposos. Thiago disponibilizará o
138 termo de referência do projeto hidroambiental, mas pede confiança quanto ao teor
139 do documento, pois ainda não foi publicado e não está disponível para que as
140 empresas apresentem propostas. Quanto aos planos diretores municipais, Ronald
141 considera que a ausência de *interface* com os planos diretores de recursos hídricos
142 causa problemas, pois não atendem aos objetivos e necessidades da bacia como um
143 todo. Aproveita para solicitar à Leopoldo uma apresentação junto à CTPC de um
144 modelo de *interface* da gestão de recursos hídricos e plano diretor municipal.

145 Leopoldo esclarece que não foi desenvolvido um modelo de interface da gestão de
146 recursos hídricos e plano diretor municipal. O que se pretende é que as diretrizes
147 formuladas para planos diretores considerarem o conteúdo dos planos diretores de
148 recursos hídricos. Concorde em apresentar como a política de gestão ambiental,
149 incluindo os recursos hídricos, será abordada nos planos e como será este
150 rebatimento no território municipal. Diz que a Agência Metropolitana tem tido a
151 preocupação de fazer um *link* dos planos municipais com os planos de recursos
152 hídricos. Mas quanto à solicitação, é preciso primeiro avançar um pouco mais nos
153 trabalhos para que a apresentação seja realizada. Rone solicita enviar os indicadores
154 apresentados. **Apresentação da proposta de Plano Plurianual de Aplicação dos**
155 **recursos da Cobrança 2021-2023 – PPA 2021-2023.** Thiago apresenta a proposta
156 para o triênio 2021-2023. Essa proposta leva em consideração a priorização de
157 atividades mais relevantes do ponto de vista do alcance das macrometas do PDRH
158 Rio das Velhas, como nadar, pescar e navegar na RMBH. É importante considerar o
159 que já era feito anteriormente e as potencialidades de arrecadação. Entende que
160 fazer um modelo que não leve em conta a falta de repasse e inadimplência do Estado
161 é concordar com o mesmo. O modelo proposto já possui atualização monetária dos
162 valores cobrados, sendo um reajuste de 41,5% no primeiro ano e 41,5% no segundo,
163 considerando o período já cobrado entre 2009 e 2020. Lembra que o PDRH foi
164 parcelado em etapas de execução, onde cada uma delas tem ações prioritárias
165 específicas. Apresenta a memória de cálculo, as prioridades de investimentos e o
166 orçamento executivo do PDRH, bem como a distribuição dos recursos. Ronald lembra
167 que o documento detalhado já foi encaminhado aos conselheiros. Diz ter dúvidas
168 quanto às ações a potencializar captação de recursos na área de saneamento, pois
169 tendência de privatização em função da mudança em seu marco legal, entende ser
170 importante fazer nova avaliação dessas ações. Lembra que na concessão privada do
171 sistema no município de Ouro Preto os investimentos são feitos pela própria
172 concessionária. Diz ter dúvidas se as empresas terão acesso aos recursos, sendo
173 estes onerosos ou não onerosos. Entende que, com tal situação, existe a
174 possibilidade de que se deixe em segundo plano áreas pouco relevantes no sentido
175 de ganho econômico. Por fim, considera essa uma discussão importante a ser levada
176 ao PPA, para que o papel do comitê não se misture ao dessas empresas.. Thiago
177 entende que a Cobrança é recurso complementar, que não substitui nem sobrepõe
178 obrigações do poder público ou concessionárias. Sugere como possibilidade tentar
179 usar recursos para alavancar investimentos, para buscar projetos básicos ou
180 executivos, ou ações isoladas, como comunidades tradicionais ou muito afastadas,

181 onde as prefeituras não têm capacidade de aportar investimento. Considera
182 importante a observação de importante Ronald. Esclarece que não foi proposto
183 investimento a locais onde concessionárias realiza esse tipo de serviço. Túlio lembra
184 que decreto 44046/2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos
185 de domínio do Estado, a Cobrança deve ser aplicada em sua bacia de origem,
186 garantida conformidade com PDRH. Lembra que o pano de fundo é o plano da bacia.
187 Ronald fala do rito que precisa ser seguido pelo comitê, onde a agência de bacia faz a
188 proposta e encaminha à diretoria do comitê; na sequência, a câmara técnica é
189 provocada, analisa o documento e retorna suas considerações à diretoria, que
190 finalmente pauta em plenário. O prazo para que esse rito seja concluído é até
191 dezembro, quando ocorre a última plenária do ano. Sugere ler com mais acuidade e
192 na próxima reunião ter manifestações e começar a consolidar resposta à diretoria.
193 Inclusive, se for o caso, propor algo que a princípio não estava inserido no debate.
194 Thiago esclarece que ainda existem valores propostos para plano de saneamento,
195 pois alguns contratos vão extrapolar o ano de 2020, em função de pandemia e do
196 desempenho da empresa. Informa que em Jequitibá terá piloto de audiência pública
197 virtual para plano de saneamento. E diz que foram inseridos investimentos em planos
198 de resíduos sólidos. Ronald sugere chamar o presidente do comitê para a próxima
199 reunião. Leopoldo sugere uma metodologia para análise do PPA, dividindo por temas
200 ou assuntos, bem como definir um prazo da câmara técnica para dar retorno à
201 diretoria. Ronald sugere à câmara se reunir em setembro e outubro para concluir essa
202 análise, sendo o documento dividido em duas partes. Na sequência, Túlio solicita
203 retomar a discussão a respeito do seminário de saneamento rural. Diz que ainda não
204 houve tempo para trabalhar a respeito, pensar num formato, em função de atividades
205 internas do IGAM e de outros comitês. E por este motivo, entende que seria
206 interessante realizá-lo outubro. Além disso, antes de sua realização, sugere enviar o
207 relatório de saneamento para ser apresentado em plenário e depois fazer seminário.
208 Quanto a essa segunda solicitação, Ronald entende ser difícil viabilizar, a não ser que
209 postergue ainda mais a data do seminário. Propõe-se a discuti-lo juntamente com
210 Dimas e Rúbia, e posteriormente informar ao Túlio. Entende também que é assunto
211 discutido a bastante tempo, que não precisa mais postergar. Túlio diz estar
212 preocupado com a insegurança a fazer um debate sem ter um nivelamento conceitual
213 junto ao plenário. Diz se sentir mais confortável apresentar ao plenário primeiro e
214 depois tomar a iniciativa do seminário. Leopoldo pergunta se a realização do
215 seminário foi aprovada em reuniões ou se existe registro dessa aprovação. Ronald diz
216 que em discussão com diretoria, já existia encaminhamento de fazer seminário virtual.

217 Então, após discussões, são colocadas duas propostas para serem votadas pela
218 CTPC: Proposta 01 - fazer seminário após apresentação do relatório em plenário.
219 Proposta 02 - manter a realização do seminário em outubro, independente de
220 apresentar em plenário primeiro. A Proposta 02 é aprovada com 04 votos e 02
221 abstenções. Não havendo nenhum outro assunto a tratar, a reunião é encerrada.
222 **Encaminhamentos:** Realizar o seminário de saneamento rural em outubro; dividir a
223 discussão do PPA em duas etapas e entregar considerações à diretoria em outubro;
224 convidar o presidente do comitê para a próxima reunião da CTPC; enviar as
225 apresentações e a proposta de indicadores aos conselheiros; próxima reunião em 31
226 de agosto.

227
228
229

Ronald Carvalho Guerra
Coordenador da CTPC

